

SEXUALIDADE, GÊNERO E DIVERSIDADE NA PERSPECTIVA ESCOLAR: EXCLUIR OU INCLUIR PARA EDUCAR?

SEXUALITY, GENDER AND DIVERSITY FROM A SCHOOL PERSPECTIVE: TO EXCLUDE OR INCLUDE TO EDUCATE?

Keylla Cristina Arruda Farias 1

Resumo: O objetivo deste texto é de aprofundar as teorias referenciadas por autores que afirmam que a visão homogênea da identidade tem sido substituída por uma concepção heterogênea das pessoas, ou seja, a visão pós-moderna do mundo humano é altamente pluralista. E baseado nessa perspectiva, o espaço escolar é o ambiente apropriado para pautar prática discursiva sobre gênero, diversidade sexual e currículo. O letramento em sala de aula e a construção da identidade social são associados aos conhecimentos construídos na escola e tem como dever uma base ética no que diz respeito às nossas identidades sociais. Essa modificação e compreensão da concepção heterogênea da identidade social serve como prerrogativa para nos entendermos como seres subjetivos, fragmentados e construído em práticas discursivas situadas na história, na cultura e na instituição e cabe a escola se apropriar desses temas, incluindo todo o aparato linguístico e teórico em sua base curricular. Para tanto, se faz necessário questionar a ausência das temáticas referentes à orientação sexual, a gênero dentro da proposta curricular do ensino educacional. O processo de ensino e de aprendizagem que tem forte contribuição na formação do educando, enquanto cidadão, enquanto um ser ético, crítico e reflexivo se deve a uma educação pautada no compromisso com o respeito à diversidade e isso só é possível quando o professor, todo o aparato pedagógico e a equipe diretiva estão amparados e preparados através de um projeto curricular educacional.

Palavras-chave: Currículo Escolar. Gênero. Sexualidade. Construção Discursiva. Educação. Diversidade sexual.

Abstract: The purpose of this text is to deepen the theories referenced by authors who claim that the homogeneous view of identity has been replaced by a heterogeneous conception of people, that is, the postmodern view of the human world is highly pluralistic. And based on this perspective, the school space is the appropriate environment to guide discursive practice on gender, sexual diversity and curriculum. Classroom literacy and the construction of social identity are associated with the knowledge built at school and have an ethical basis with regard to our social identities. This modification and understanding of the heterogeneous conception of social identity serves as a prerogative for us to understand ourselves as subjective beings, fragmented and constructed in discursive practices situated in history, culture and in the institution and it is up to the school to appropriate these themes, including the entire linguistic and theory in its curricular basis. Therefore, it is necessary to question the absence of themes related to sexual orientation, gender within the curricular proposal of educational teaching. The teaching and learning process that has a strong contribution to the formation of the student, as a citizen, as an ethical, critical and reflective being, is due to an education based on a commitment to respect for diversity and this is only possible when the teacher, the pedagogical apparatus and the management team are supported and prepared through an educational curriculum project.

Keywords: School Curriculum. Gender. Sexuality. Discursive Construction. Education. Sexual Diversity.

1 Graduada em Pedagogia (Universidade Federal do Tocantins), Professora da Rede Municipal de Educação. Aluna do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPG-Letras/UFT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7738872250523739>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5040-5709>. E-mail: keyllafarias57@gmail.com

Introdução

Este trabalho é produto de um objeto de estudo, relacionado à diversidade de gêneros, identidade e pluralidade e tem como foco problematizar a dificuldade de atuação do professor da educação básica ao ministrar os estudos de identidades e diferenças no contexto educacional, em sala de aula.

Atuo como professora do ensino fundamental da rede municipal de ensino há dezessete anos e abordar temas emergentes como a legitimação dos estudos de raça, gênero e sexualidade em sala de aula é um grande desafio.

Nota-se que o espaço com maior embate para mediar uma educação libertadora, não sexista e não transfóbica está no âmbito da educação básica. Visto que, atualmente, por divergência ideológica e reacionária, dispor esse conteúdo em um plano de aula gera um enorme conflito. E a indagação que se faz diante dessa realidade é pensar a educação como o *locus* da ética e do respeito.

A busca pela eliminação das desigualdades na perspectiva do direito igualitário à educação está na Lei de Diretrizes e Bases, que em seu artigo 3º, esclarece: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: [...] IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1996).

Atualmente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta retrocessos quando comparada aos PCNs, sobremaneira o documento Tema Transversal Orientação Sexual, visto que o documento do final da década de 1990 apregoava que questões referentes à sexualidade deveriam ser trabalhadas pelos docentes das diferentes áreas do conhecimento. No que concerne à diversidade de gênero, embora a literatura aponte para problemáticas na sua abordagem pelos PCNs, analisa-se a ocorrência de silenciamentos mais profundos desta temática na BNCC, pois a base curricular trata conceitos de direitos humanos e preconceito de maneira genérica, fato que poderá intensificar os silenciamentos destacados no campo da educação básica.

O questionamento a se fazer é por que há tantos obstáculos para lidar com essas temáticas? Se a escola é laica por que a educação, sobretudo a básica, se submete aos ditames do conservadorismo e aos preceitos religiosos?

Para abordar conteúdos de perspectivas discursivas da linguagem de modo a convergir com o senso de humanidade é necessário desenvolver habilidades e objetos de conhecimento que envolvam os estudos de identidades e suas diferenças.

Supressão de Direitos e Garantias na Legislação Educacional

Quando o tema é sociedade diversa, logo se pensa em complexidades e diferenças. E quando se trata da garantia de direitos, o Brasil é ainda um país muito desigual.

O Plano Nacional de Educação norteia as diretrizes para uma superação das desigualdades e promove os princípios do respeito aos direitos humanos.

As desigualdades educacionais, por exemplo, podem ser identificadas no texto da lei que instituiu o PNE. A exclusão dos termos do texto “gênero e orientação sexual” – redação apresentada pelo senado para substituir a versão da Câmara dos deputados - é uma forma de discriminação, razão pela qual esse direcionamento deve ser considerado quando o assunto é respeito aos direitos humanos e à diversidade.

A intenção deste artigo é de aprofundar as teorias referenciadas por autores que afirmam que a visão homogênea da identidade tem sido substituída por uma concepção heterogênea das pessoas, ou seja, a visão pós-moderna do mundo humano é altamente pluralista.

E com base nos estudos teóricos, faz-se necessário trazer à baila as discussões dos avanços e retrocessos sobre a inclusão de políticas educacionais voltadas para estudos de

diversidade de gêneros, identidade e pluralidade no contexto da educação básica.

Partindo do pressuposto teórico, a escolha das nossas múltiplas identidades não depende de nossa vontade, mas é determinada pelas práticas discursivas impregnadas pelo poder nas quais agimos.

Conceituar sexualidade consiste em uma tarefa bastante complexa, mormente pelo fato de ser frequentemente reduzida ao biologicismo, à genitalidade e reprodução. Um conceito que aborda a afirmação acima é apresentado por Paulo Bearzoti:

Sexualidade é energia vital instintiva direcionada para o prazer, passível de variações quantitativas, vinculada à homeostase, à afetividade, às relações sociais, às fases do desenvolvimento da libido infantil, ao erotismo, à genitalidade, à relação sexual, à procriação e à sublimação (BEARZOTI, 1994, p. 5).

Bearzoti (1994), descreve a sexualidade como energia vital com variações qualitativas e quantitativas que se vincula também com as relações sociais, e abre discussão do fenômeno utilitarista com a intenção de buscar descrever a sexualidade. E quando diz sobre o erotismo e a sexualidade. E quando diz sobre o erotismo e a sublimação, a coloca como algo instável, flexível e, portanto, passível de mudança.

Simone de Beauvoir apresenta em sua obra *O Segundo Sexo* (1967) o conjunto de condicionamentos econômicos, sociais, históricos, que permitem a construção do feminino. Para a autora, o caminho para a libertação da mulher inserida numa sociedade patriarcal é construir ações coletivas de mulheres para a desconstrução do gênero feminino na condição de sua origem biológica:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode construir um indivíduo como um Outro. Enquanto existe para si, a criação não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o universo (BEAUVOIR, 1967, p.9)

As identidades sociais são construídas nos discursos, não estão nos indivíduos, mas emergem na interação entre os indivíduos agindo em práticas discursivas onde estão posicionados. Para tanto:

Nossa subjetividade não coexiste simplesmente lado a lado com o nosso gênero. Ao invés disso, nossa classe é marcada por nosso gênero e este por nossa classe. (RUTHERFORD, 1990, p. 19)

Entende-se sexualidade como uma condição humana, socialmente construída e tem, portanto, caráter histórico. A literatura aponta que ela está presente na vida na vida do indivíduo desde o nascimento e vai sendo constituída pelos processos culturais, sofrendo, portanto, transformações de acordo com os padrões de cada época (MOIZÉS; BUENO, 2012; RIBEIRO; SOUZA, 2008).

A trajetória da civilização e os modos de compreender a alternância de papéis sociais conduzem a sociedade a determinada visão a respeito das formas de enxergar e vivenciar a sexualidade. Tanto na Grécia como em Roma havia uma repressão sobre a sexualidade feminina. Aos homens eram permitidas experiências hedonistas, cujo prazer era buscado fora

de seus lares entre prostitutas ou em práticas homossexuais, enquanto as mulheres/esposas ficavam em casa, quase como prisioneiras dos afazeres domésticos e cuidados com os filhos (NUNES, 1987). Ao recorrer a essa trajetória histórica, verifica-se que, enquanto o machismo reinava de forma impune, a condição feminina ia sendo cada vez mais estigmatizada.

No início do século XIX, teorias médicas começaram a ser desenvolvidas e categorizar as condutas sexuais como normais ou patológicas. Tem início uma narrativa do que é biologicamente permitido ou não. Nessa época, tanto o sexo quanto as práticas sexuais eram consideradas instrumentos cujos saberes e cujas relações de poder atuavam sobre os corpos de forma a produzir normas e modos de viver a sexualidade. Dessa forma, a sexualidade foi se constituindo como dispositivo de separação entre práticas sexuais educadas (heterossexuais, monogâmicas, reprodutivas) e normatizadas e aquelas que não se encaixavam nos padrões estabelecidos, que recebiam nomenclaturas médicas e terapêuticas (histeria, homossexualismo, onanista, etc.) e eram colocadas à margem da sociedade. Foi nesse contexto que surgiu a medida de separação entre o normal e o anormal (FOUCAULT, 1994).

Os movimentos políticos sociais estão atentos em proporcionar mais inclusão para as pessoas, e pensando nisso, as lésbicas, os gays, os bissexuais, transexuais, Queer, intersexos, assexuais (LGBTQIA+) lutam por representatividade, para que suas pautas sejam defendidas na sociedade. A defesa é por respeito à diversidade e por uma sociedade igualitária.

No tocante ao gênero, estudos sobre estudos de gênero, a busca é pela desmistificação do essencialismo biológico, sobretudo em relação à compreensão do processo cultural e histórico que situa o indivíduo. É dessa forma que o conceito de gênero se torna um instrumento político e analítico que vem recusar as explicações para as desigualdades entre gêneros, ancoradas nas diferenças biológicas (MADUREIRA; BRANCO, 2012).

A construção da identidade ocorre de forma gradativa no contexto relacional e é considerada como um processo contínuo. É assim, através da socialização que os indivíduos vão adquirindo novas maneiras de agir e pensar ativando sua identidade pessoal e coletiva:

A natureza fragmentada das identidades sociais se refere ao fato de as pessoas não terem uma identidade social homogênea como se pudesse ser explicadas somente por sua raça, por exemplo. As identidades sociais são complexas: gênero raça e classe social coexistem na mesma pessoa. (MOITA, 2006, p. 20)

Gênero pode ser entendido neste estudo como um princípio de relações que, apesar de abranger o sexo e a sexualidade, não são os determinantes, ou seja, a palavra gênero afasta a ideia de determinismo biológico, que designa atributos de masculino e feminino (OLIVEIRA; KNONER, 2005). Louro (2000, p.21) é bem explícita quando diz que: “Para que se compreenda o lugar e as relações pessoas numa sociedade, importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos”.

São várias as instâncias sociais que, por meio de estratégias sutis, refinadas e naturalizadas, vão moldando os modos de viver em sociedade. As instituições escolares, estruturadas em julgamentos construídos a partir de valores pré-estabelecidos, vão desvalorizando a figura do outro, daquele que é diferente, que não foi moldado. Então os indivíduos que não estão adequados ao padrão de normatividade e não seguem a lógica sexo/gênero/sexualidade são colocados à margem também na escola, cujo currículo não os contempla ou não tem a intenção de contemplá-los; ainda que estes sujeitos marginalizados sejam necessários para circunscrever os contornos dos considerados “normais” (LOURO, 2013).

E como incluir sexualidade e relações de gênero numa perspectiva escolar? Pensando na escola como um espaço privilegiado para a formação humana, a necessidade de inserir conteúdos pautados nos conhecimentos científicos – e não em valores e crenças pessoais -, amparados por uma literatura rica em direito à diversidade no âmbito da cidadania plena, e ter um público infante-juvenil que seja norteado por uma linguística aplicada, ou seja, agregar todos esses fatores é pensar em utopia ou é assunto que se torna cada mais necessário? Pensar tal inclusão de modo sistemático em materiais de apoio didático-pedagógico e formação

continuada voltada para os profissionais da educação é uma luta constante que precisa travada para que se possa alavancar bons resultados.

O desafio da escola pública brasileira é agregar uma pedagogia que aceita, acolhe e respeita as múltiplas diferenças que integram o ser humano. (Araújo, 2018, pag. 11)

A supressão de atividades, discussões e/ou projetos sobre diversidade sexual e de gênero da Base Nacional Curricular e a ausência de subsídios aos docentes tem efeito contrário de agregação, pois corrobora a marginalização da sexualidade e do gênero na escola. Os avanços possibilitados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais poderão ruir diante da implantação da BNCC na educação básica, caso não haja uma pesquisa e intervenções na atual conjuntura da educação básica.

Faz-se necessário que as pesquisas em diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar voltem seus esforços para traçar panoramas sobre as repercussões da BNCC nas escolas de nosso país. Nesta perspectiva, será preciso que universidade, em parceria com a educação básica, trace uma agenda de pesquisa na área com o intuito de levantar possíveis compreensões da comunidade escolar sobre a BNCC e suas diretrizes, verificar a permeabilidade da base curricular na elaboração de grades curriculares e materiais didáticos, caracterizar ofertas de processos formativos à docência, compreender o planejamento e a condução de atividades de ensino-aprendizagem que contemplem questões relativas à diversidade sexual e de gênero. (RIAAE, 2019, p. 1552)

Pensar em paradigmas que desconstruam grande parte das contradições sobre o respeito e a ética em torno da diversidade sexual é construir uma educação laica, de qualidade e universal. Para tanto, analisa-se a importância da parceria das Universidades Acadêmicas com o ensino/aprendizagem de Educação Básica em busca de uma educação equânime e justa para todos.

Considerações Finais

Esta pesquisa ainda em processo de construção tem como tema central a importância de referendar a construção discursiva e linguística nos espaços escolares no que tange a temas emergentes e contemporâneos, qual seja o respeito à diversidade sexual, as identidades de gênero.

Com a pesquisa em andamento, é possível observar segundo Araújo (2016 pag. 132) que essas discussões temáticas que ainda são discutidas no contexto acadêmico e público com certo receio e pudor. No entanto, somos cientes de que o debate apenas inicia-se, ou melhor, continua e ainda há muito para se discutir e conquistar. Neste sentido, não podemos deixar de considerar que somos frutos dos discursos que estão presentes em todos os âmbitos sociais. São discursos que veiculam um desejo de saber/poder, constituídos a partir de determinadas ideologias socioculturais. Estes discursos significam e nos moldam enquanto cidadãos e cidadãos inseridos em um contexto social, de modo que refletir sobre as práticas discursivas de subjetivação é, antes de tudo, tornar-se autorreflexivo e analista do meio social em que vivemos. Duvidar e colocar em xeque determinados discursos é tornar-se mais crítico, humano e político ao refletir sobre a reiteração, por meio de discursos, da exclusão ou da promoção da dignidade humana.

No campo educacional carece de uma teoria, uma formação continuada, uma legislação específica que inclua uma prática discursiva sobre como abordar temas sobre identidades sexuais, violência doméstica contra mulheres, igualdade de gênero, sexualidade, educação sexual, feminismo.

A coexistência de diferentes atores sociais e construções culturais no interior da escola nos faz pensar sobre os processos de interação que se dão nesse contexto de relações sociais.

Diferentes correntes vêm produzindo teorias e categorizações que nos ajudam a pensar essas relações que envolvem igualdade, desigualdade e diferença. A idéia aqui é tentar pensar sobre a diversidade sexual e de gênero na escola numa perspectiva relacional, problematizando essencializações identitárias, entendendo essa questão como indissociável dos debates que hoje povoam esse campo mais amplo e trazendo não só os(as) autores(as) que trabalham com gênero e sexualidade, mas também as contribuições das discussões sobre cultura e interculturalidade.

As questões em torno dos gêneros e das sexualidades não envolvem apenas conhecimento ou informação, mas envolvem valores e um posicionamento político diante da multiplicidade de formas de viver e de ser. Como a escola tem lidado com tudo isso? Como nós, professoras e professores, nos vemos diante dessas questões? Quais são nossos pontos de apoio e onde se encontram nossas fragilidades e receios?

Lidar com todos os entraves e gargalos que condicionam essas pautas no âmbito escolar me motiva cada vez mais ir em busca de referenciais teóricos e me instigar buscar as lacunas curriculares que silenciam sobre temas tão emergentes, tão importantes para a sociedade, para a formação da cidadania e da ética.

Referências

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996** (LDB nº 9394/96). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 04/ Mar./ 2021.

BRASIL. **Projeto de Lei Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020**. [2013a]. Disponível em: < <https://www.camara.gov.br/sileg/integras/831421.pdf>>. Acesso em: 10/ Abr./2021.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais: 1º ao 5º, volume 10.1;10.2: Pluralidade cultural e Orientação Cultural**. Brasília: MECSEF, 1998. BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MECSEF, 1998 Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/195-secretarias-112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12598-publicacoes-sp-265002211>> . Acesso em 13/Abr./2021

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018**. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> . Acesso em 22/Mar./2021

BEARZOTI, P. **Sexualidade: um conceito psicanalítico freudiano**. *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 113-117, mar. 1994. Disponível em: <<http://bit.ly/2zaBMK7>>. Acesso em: 02/Abr. 2021.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: experiência vivida**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

RUTHERFORD, Jonathan. **Identity: Community, Culture, Difference**. Universidade de Michigan: Lawrence & Wishart, 1990.

MOIZES, J. S; BUENO, S. M. V. **Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental**. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 205-2012, mar. 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/2kzXtAk>>. Acesso em: 09/abr. 2021..

NUNES, C. A. **Desvendando a sexualidade**. 5. ed. Campinas: Papyrus, 1987.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1994.

MADUREIRA, A. F. A; BRANCO, A. M. C. U. A. **As raízes histórico-culturais e afetivas do**

preconceito e a construção de uma cultura democrática na escola. In: BRANCO, A. M. C. U. A; OLIVEIRA, M. C. S. L (Orgs.). *Diversidade e cultura da paz na escola: contribuições da perspectiva sociocultural*. Porto Alegre: Mediação, 2012. p.125-155.

MOITA LOPES, Paulo da (2002). **Identidades fragmentadas: a construção de raça, gênero e sexualidade na sala de aula.** Campinas, SP: Mercado de Letras. (Coleção Letramento, Educação e Sociedade).

OLIVEIRA, A. S; KNÖNER, S. F. **A construção do conceito de gênero: uma reflexão sob o prisma da psicologia.** – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2005.

LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado. Pedagogias da sexualidade.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PEREIRA, Araújo Rubenilson de. **Gênero, Diversidade sexual e Currículo: Práticas Discursivas e De (Não) Subjetivação no Ambiente Escolar.** Rio de Janeiro 1ª Ed. Metanoia 2016.

SILVA, Tadeu Tomaz, **Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais** 2000, Petrópolis Rio de Janeiro, Ed. Vozes.

Recebido em: 8 de dezembro de 2021.

Aceito em: 18 de dezembro de 2021.